

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

NOTÍCIAS DA ACTIVIDADE CULTURAL. CONFERÊNCIA SOBRE "A NOVA DIVISÃO ADMINISTRATIVA".

ABREU, Manuel Bernardino de Araújo

Ano: 1980 | Número: 90

Como citar este documento:

ABREU, Manuel Bernardino de Araújo, Notícias da Actividade Cultural. Conferência sobre "A nova divisão administrativa". *Revista de Guimarães*, 90 Jan.-Dez. 1980, p. 481-497.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

CONFERÊNCIA

Sobre «A Nova Divisão Administrativa»

pelo consócio e ex-Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, *Dr. Manuel Bernardino de Araújo Abreu*

7 de Novembro de 1980

A pedido de uma nova Associação vimaranense que se auto-proclama de AMIGOS DE GUIMARÃES, interessada na discussão dos temas que dizem respeito ao progresso do concelho e defesa dos seus mais legítimas reivindicações, a Sociedade Martins Sarmento pôs à disposição o seu Salão Nobre para a realização de um Colóquio sobre a Nova Divisão Administrativa expressa no Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte, elaborado pelo Eng.º Valente de Oliveira em nome da Comissão de Planeamento da Região Norte.

Como principal interveniente deste Colóquio foi convidado o nosso consócio Dr. Manuel Bernardino de Araújo Abreu.

A sessão de carácter público reuniu uma assistência muito numerosa que enchia por completo o amplo Salão Nobre da Instituição.

O Governador Civil do Distrito e o Presidente da Câmara Municipal estiveram representados respectivamente pelos Dr. Luís Marques Mendes e Dr. Óscar Jordão Pires.

No começo da Sessão o Presidente da Sociedade, eng.º José Maria Gomes Alves, congratulou-se com a presença ali do consócio Dr. Manuel Bernardino Abreu a quem saudou e o Dr. Pofrório Marques Machado, em nome dos AMIGOS DE GUIMARÃES também diri-

giu saudações ao orador da sessão, enaltecendo as suas qualidades e agradecendo a sua anuência ao convite que lhe havia formulado.

Transcreve-se a Conferência.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

«Estou convencido de que V. Ex.^{as} se interrogam perguntando pela razão por que sou eu, a vir aqui falar-vos do Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte.

Não estranho que isso aconteça. Até eu me pergunto que motivo levou os AMIGOS DE GUIMARÃES a lembrarem-se de mim, e, por estranho que pareça, também não sei ao certo porque razão aceitei o seu convite.

Na verdade, quando os AMIGOS DE GUIMARÃES me convidaram para vir conversar com V. Ex.^{as} a fim de trocarmos impressões acerca daquilo que o Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte, *dá e não-dá mas devia dar*, à nossa cidade e Concelho, tentei recusar-me fazendo-lhes ver que não sou um técnico e que essa razão era bastante para procurarem outra pessoa. Insistiram; e acabei por ceder, inseguro quanto à valia da contribuição que o grande amor à terra em que nasci me obrigava a dar-lhe na defesa dos seus interesses. Dar-lhe-ei muito? Pouco? Nada?

Havia ainda outras razões para escusar-me e parece-me conveniente que V. Ex.^{as} tomem delas conhecimento para que o diálogo que vamos ter, seja exclusivamente norteado por um amor comum à Terra Mãe, e nunca desvirtuado por qualquer outra paixão.

Pensei que a minha presença aqui, poderia ser interpretada como resultante de um saudosismo nostálgico por funções que desempenhei e que queria voltar a desempenhar. Admiti a hipótese de que muitos julguem, que anui aqui vir, para me aproveitar da oportunidade, com a finalidade de procurar valorizar a minha acção desenvolvida na presidência do município e minimizar a daqueles que depois de mim a desempenharam ou estão a desempenhar neste momento.

Nada seria mais injusto. Não tenho saudades dos trabalhos e cansaças que então tive, embora me sinta satisfeito e até tenha orgulho (porque não confessá-lo), de tê-las levado a cabo com êxito.

Todos os que me seguiram merecem o meu respeito. Aqui presto a minha homenagem e dou testemunho da minha admiração, e gratidão de vimaranense, a todos os que abnegadamente aceitaram tomar sobre os seus ombros, o pesado encargo de encaminhar Guimarães e o seu Concelho pelos caminhos do progresso.

Esta explicação era tanto mais precisa, quanto é certo me ser necessário referir à experiência que então colhi e a decisões tomadas pelos organismos oficiais e por autoridades de todos os

níveis desse tempo, face a exposições que então fiz e que julgo não terem ainda perdido actualidade.

Aliás, só isso é que me permite ser tão atrevido vindo aqui dialogar com V. Ex.^{as} acerca de PLANEAMENTO, que é um assunto eminentemente técnico.

Não duvido, também, que muitos considerem a minha decisão final perante o convite que me fizeram de vir palestrar convosco, como uma atitude política.

Que isso aconteça não me espanta, porque já se escreveu em alguns jornais, que o Fundo de Fomento da Habitação arrancou com a sua obra da Nossa Senhora da Conceição, que aqui se implantou um parque industrial, se concluiu uma escola secundária e se iniciou outra, só porque estavam no poder os representantes de uma determinada corrente política e que o actual Plano de Desenvolvimento Regional é contrário aos interesses de Guimarães e do seu Concelho, porque agora é outra a ideologia dos homens do governo e, ainda, que a autonomia da Região a levaria a um governo de direita.

Devo dizer, antes de mais, que todas essas obras têm para mim um valor afectivo muito grande, especialmente a primeira — o Plano Integral Habitacional de Construção de 1 300 Habitações, na Nossa Senhora da Conceição — e que, por isso, não posso calar que fui eu que a imaginei, mandei planificar e fui eu que consegui fazê-la aprovar para ser levada a cabo pelo Fundo de Fomento da Habitação que, pelo menos nessa altura, mas quero crer que ainda hoje, não tinha outra função que não fosse executar os planos aprovados pelas autarquias locais mercedoras de despacho governamental favorável; e que consegui tudo isso por demonstrar que essas construções não constituiriam uma dívida a fazer por favor mas por obrigação do governo para com o povo que dela precisava. Será assim que devemos proceder em relação a tudo o que se vier a concluir, ser devido, ainda, a Guimarães — não pedir favores, mas exigir, que o tempo dos mendigos acabou.

Portanto, nada mais errado, pensarão, os que pensarem, que venho aqui fazer política. Nunca fui um político. Não sou um político. Não sei ser político e estou a demonstrá-lo com as minhas afirmações. Não tenho partido, costume mesmo dizer que estou inteiro. Não quero fazer política nem aqui nem lá fora.

Se aqui estou é para tentar (repito, tentar) contribuir, sem disso querer tirar qualquer proveito, para a defesa dos interesses dos vimezanenses e dos habitantes de todo o Concelho, sem excepções, mas, sobretudo, tentar contribuir para a defesa dos interesses daqueles que, como eu, não são políticos, não ambicionam ser alguém, ser gente, como se costuma dizer, por obra e graça de politiquices, mas também não querem ser prejudicados pelas sequelas, que tantas vezes resultam dos confrontos dos homens, que fazem da política o seu emprego; enfim, contribuir para a defesa daqueles que só exigem um maior nível de vida e bem-estar — aquele nível de vida e bem-estar que é exigível pela dignidade da pessoa humana em si mesma e a que a dignidade de trabalhador também dá direito.

Creio que a intromissão das ideologias políticas nesta questão, mais do que inúteis, são prejudiciais; até, porque, estou con-

vencido de que quem elaborou o Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte agiu como técnico e só como técnico.

Errou? É uma interrogação. A mim parece-me que *errou*.

Para além destas razões que me fizeram hesitar em aceitar o amável e prestigioso convite dos AMIGOS DE GUIMARÃES havia ainda uma outra razão, embora a reputasse menos importante. Esta pode expressar-se na pergunta que também alguns podem fazer: que têm eles, os AMIGOS DE GUIMARÃES (e eu) a ver com o Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte?

Todo o cidadão tem a ver com os planos de desenvolvimento e a Lei reconhece-lhe expressamente esse direito.

Logo, não há nem da parte dos AMIGOS DE GUIMARÃES, nem da minha, uma intromissão indevida em campo privado.

Esta é a verdade. Espero que acreditem e não me interpretem mal.

O Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte foi apresentado há relativamente pouco tempo, em quatro volumes, pelo Presidente da Comissão Coordenadora, Professor Doutor Luís Valente de Oliveira. Mas foi pelo Decreto-Lei n.º 48 905 de 11 de Março de 1969 que o território de Portugal foi dividido em 4 regiões de planeamento: a do Norte, a do Centro, a de Lisboa e a do Sul.

A nossa Região — a Região Norte, com capital no Porto — abrange os distritos a Norte do rio Douro. Engloba ainda os concelhos de Espinho, de Vila da Feira, de Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Arouca, Cinfães, Resende, Lamego, Tarouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe, Penedono, Vila Nova de Foz Côa e Freixo de Espada à Cinta, que aqui não interessa considerar. Subdivide-se em duas Sub-Regiões — a do Interior e a do Litoral. É esta última — a Sub-Região Litoral — que inclui os distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo.

Os concelhos são considerados unidades espaciais elementares e constituem-se em Agrupamentos de Concelhos.

Entende-se por planeamento «um procedimento mental orientado para o futuro ou, mais exactamente, para uma possível acção futura, no âmbito de possibilidades reais de desenvolver ou influenciar essa acção, por parte de um indivíduo ou de um organismo, o que implica a existência de uma esfera de livre escolha e presume sempre uma finalidade referida a objectivos e valores; baseia-se na percepção e valoração das consequências das acções medidas em profundidade — dimensão espacial — e, além disso, leva sempre implícita a possibilidade de alteração».

O planeamento económico e social foi já definido como «um meio de racionalizar a realização dos objectivos pretendidos através dos meios adequados».

Por sua vez, a promoção social pode definir-se «toda a forma de acção social em ordem a dinamizar o homem e as comunidades de maneira a encontrar uma situação nova e mais elevada (de que eles próprios são artífices) a partir de uma actualização das suas potencialidades e de uma mais perfeita participação na vida social, política e económica».

Ora, pela leitura dos 4 livros em que se apresenta o Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte, esboçadas por uma Comissão Coordenadora, colhe-se a impressão de que em virtude de se não atender às «possibilidades reais» do nosso concelho, se destrói o seu futuro ; mais: fica-se com a convicção, de que em vez de o dinamizar, por forma a que os seus habitantes venham a usufruir duma situação *nova e mais elevada*, decorrente do progresso concelhio, se pretende que ele entre em estagnação ou, até, em retrocessão, pelo que as linhas de estratégia propostas para o desenvolvimento da nossa Região, não fomentam mas, pelo contrário, impedem a promoção social dos nossos munícipes.

Esta sensação de prejuízo resultante de um planeamento que se esperava trazer-nos os benefícios, que indiscutivelmente nos são devidos, é decepcionante.

A Comissão Coordenadora pode justificar-se, e se não temos razão pode, elucidar-nos por forma a ficarmos todos tranquilos.

Pode e deve justificar-se ou esclarecer-nos. Essa obrigação decorre da legislação e de afirmações contidas nos quatro livros em referência. Vejamos.

Já antes do 25 de Abril se afirmava não «ser possível admitir que o desenvolvimento económico e social desta Região possa ser objecto de acções dispersas, descoordenadas ou contraditórias, como são as que resultariam, por exemplo, de acções isoladas em algum ou alguns dos distritos que a compõem, *ou de qualquer outras parcelas*».

E acrescentava-se: se se deve observar a «articulação técnica dos planos regionais ao nível nacional permitindo a sua compatibilização global e sectorial» a «consulta dos interesses locais tanto do sector público como do sector privado, nas diversas fases do planeamento», deve ser uma das suas bases». Isto porque, efectivamente, a orientação a seguir na elaboração do planeamento, encontra-se fixada no Decreto-Lei n.º 45 909 de 19 de Março de 1966 e um dos seus princípios é o de que «seja assegurada a consulta dos interesses públicos e privados locais, em todas as fases do planeamento.

E acontece, que estou convencido, que esse Decreto-Lei não foi revogado e que se foi alterado não pode deixar de ter passado a permitir às populações uma acção intervencionista mais ampla e mais directa na construção do seu próprio futuro ou, então, não estaríamos a viver em democracia...

Por outro lado, no Volume I, dos 4 em que se apresenta o Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte, que agora está em causa, também se manifesta a pretensão de «recolher crítica e sugestões para a sua reformulação e de detectar quais as áreas onde mais urgente se torna uma pormenorização de análise ou de avaliação de potencialidades».

Logo, parece ser evidente que a Comissão Coordenadora pode e deve justificar-se ou esclarecer-nos, porque isso é uma obrigação; mas nós, para já, não exigimos, pedimos por favor...

Outra consequência que me parece poder inferir-se do facto de se pretender na Lei, que «seja assegurada a consulta dos inte-

resses públicos e privados locais, em todas as fases do planeamento», é a de que deve ser a partir da articulação dos planos concelhios em relação ao todo distrital e dos planos distritais em relação à totalidade da Província ou da Região, que o Planeamento deve estruturar-se.

Seja como for, pense-se como se queira, eu é que estou firmemente convencido de que o Concelho de Guimarães porque: 1.º — tem uma densidade populacional hoje muito superior a 500 habitantes por quilómetro quadrado, pelo que é, por assim dizer, todo ele uma cidade; 2.º — porque é um concelho que tem vilas com as quais estabeleceu conturbações; 3.º — porque atingiu há muito tempo, um extraordinário desenvolvimento industrial relativamente ao grau de industrialização do próprio País e, 4.º — porque tem um nível de vida económico e cultural elevado, require, exactamente por isso, ser olhado sob uma perspectiva de planeamento, como uma parcela especificamente diferenciada, não só dentro do distrito a que pertence, mas, até, sem qualquer espécie de dúvida, dentro da Região em que se integra. Tenho por certo de que precisa de um planeamento individualizado, sem o que a sua economia e por reflexo a própria economia nacional pode ser profundamente lesada o que por sua vez poderá fazer surgir neles crises sociais provocadoras de graves tensões políticas.

É que, por volta de 1974, «com um valor acrescentado superior a 500 000 contos, destacavam-se os concelhos de Lisboa e Porto; com valores entre 300 mil e 500 000 contos, encontravam-se quatro concelhos à volta de Lisboa (Oeiras, Loures, Vila Franca e Barreiro), os dois concelhos limítrofes do Porto — Matosinhos e Vila Nova de Gaia e, ainda no norte, os concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão; entre 100 mil e 300 000 contos, sobressaíam na área de Lisboa três concelhos (incluindo o de Setúbal), no Centro os concelhos de Leiria e Marinha Grande, Coimbra e Figueira da Foz; seis entre Aveiro e Porto e já no Norte, Braga e Santo Tirso». E Guimarães não se deixou adormecer...

Por tudo isto, afigura-se-me absolutamente preciso, que a Comissão Coordenadora do Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte, ouça uma comissão a nomear pela Câmara Municipal depois de inventariar as possibilidades presentes e potenciais dos centros urbanos concelhios e, de uma maneira geral, a valia de todo o concelho, não só porque o «planeamento regional carece de meios de rastreio dos problemas locais, mas também porque é da maior conveniência assegurar às populações a sua participação no desenvolvimento comunitário e, ainda, porque só assim se encontrará a resposta directa aos problemas da Região nos seus diversos grupos populacionais: abandonando os planos e as deduções do gabinete, resultem estas do apuro dos técnicos ou do paternalismo dos notáveis».

Para V. Ex.^{as} terem uma ideia do quanto é importante manter sempre actualizado o inventário das virtualidades actuais e avaliadas de potencialidades futuras, desta terra que é a nossa, e da gente que nela vive, vou contar-lhes três ou quatro histórias verdadeiras:

Logo que entrei para a Câmara, pensei criar um Parque Industrial. Por isso destinei no orçamento camarário, para o ano de 1970, suponho, uma verba de mil contos para comprar terrenos. Que eu saiba, ainda ninguém, aqui no Norte, tinha pensado em tal coisa. E eu, confesso, não sabia bem o que isso era. Fui a Lisboa, ao Instituto de Investigação Industrial. Fiz-me anunciar como Presidente da Câmara de Guimarães. Recebeu-me numa sala onde havia uma mesa muito comprida, um funcionário não muito categorizado. Eu fiquei numa cabeceira, ele na outra, muito distantes. Disse-lhe ao que ia. Mostrou-se espantado. Um Parque Industrial para Guimarães? Foi chamar outro funcionário e regressou com ele. Mas Guimarães precisava dum Parque Industrial? Comecei a indicar números relativos à quantidade das firmas existentes no concelho, aos trabalhadores que empregavam, aos valores do que produziam...

Eles escutavam e iam chamando outros para que viessem ouvir o que dizia o Presidente da Câmara de Guimarães do seu concelho. Até que veio o Director do Instituto, o Dr. Manuel Belo. Tive que repetir tudo a toda aquela gente com a sensação de estar a dar uma conferência de imprensa. Foi assim que se lançou a primeira pedra para a sua construção. Eles não sabiam o que Guimarães era porque, como na tropa, todos os méritos se devem atribuir ao capitão... Depois... íamos ficando sem ele, mas isso é outra história, como é a da péssima localização que não sei quem e porquê lhe deu. Já voltaremos a isso.

Não se falava ainda em criar novas universidades, embora o Engenheiro Duarte do Amaral já tivesse pedido a construção de uma, aqui em Guimarães. Falava-se sim, da criação de institutos tecnológicos. Fiz uma longa exposição fundamentada pedindo que a cidade fosse contemplada com uma dessas instituições escolares. Depois fundamentei o pedido de criação de uma escola do Magistério Primário. Este *documento* foi entregue ao Mniistro da Educação em mão, por mim, por vereadores, e se bem me lembro, pelo Senhor Antonino Dias Pinto de Castro. O Doutor Veiga Simão, depois de ouvir dizer ao que íamos, respondeu-nos que ainda no dia anterior tinha voltado a ler, com a mesma atenção com que o fizera da primeira vez, a exposição em que pedia o Instituto Tecnológico, e concluiu: vê-se que Guimarães precisa, merece e por isso vai tê-lo. Em seguida, em relação à Escola do Magistério Primário fez algumas objecções mas prometeu reflectir sobre isso. Foram criados vários institutos tecnológicos e Guimarães não foi contemplada. Pouco tempo depois o Doutor Veiga Simão viu-me no hotel onde me hospedava quando ia a Lisboa. Veio ter comigo e depois de me ter perguntado se estava aborrecido com ele ao que obviamente respondi que não, fez-me outra pergunta — se tinha confiança nele. A minha resposta afirmativa retorquiu: pois então fique certo de que vai ter melhor, vai ter Universidade.

A Universidade veio e a Escola do Magistério Primário também. Mas não queiram saber quanto se fez para que não viessem. O médico nosso conterrâneo, meu amigo, estudante do meu tempo do velho Liceu Martins Sarmiento e de Coimbra, o Dr. Freitas Pereira do Elevador a uma acesa discussão que tive de travar

na defesa dos nossos interesses. O Dr. Gama Brandão, soube disso por ele. Eu não contei a ninguém. Mas o que nos valeu foram os números tirados das estatísticas...

Havia necessidade de transferir o Ciclo Preparatório do Edifício de Santa Clara que ameaçava ruína e era necessário criar mais uma escola, além das de Vizela e Taipas, já em funcionamento, para servir a cidade. Elaborei o pedido justificativo e passado um mês após o ter entregue no Ministério da Educação, fui lá saber o que pensavam disso. Uma vez aí, soube que nesse mesmo dia iam officiar para a Câmara a comunicar a escolha do terreno onde agora está implantada, junto à piscina; e que, perante os dados estatísticos que lhes fornecera iriam dar mas duas e não uma só escola a Guimarães, a edificar onde escolhesse. Ali mesmo decidi que fosse em S. Torcato e Pevidém.

A primeira está em funcionamento, a do Pevidém, ainda não, por razões que talvez não interesse aqui revelar.

Mas esta última história é, talvez, a mais significativa. Relaciona-se com o edificio dos Correios, de que Guimarães vai poder orgulhar-se. Só agora a posso contar.

O Senhor Engenheiro Pinto da Silva era o construtor da obra e por isso ia frequentemente a Lisboa. Às vezes ia comigo. Numa delas, combinavamos em frente ao Palácio Foz, nos Restauradores, visto que eu tinha de ir a vários ministérios e ele à Sede dos Correios, onde à tarde nos poderíamos encontrar para jantar juntos. Por acaso falou-me da sua preocupação quanto ao projecto do edificio dos futuros correios de Guimarães. Disse-me ele que estava previsto que esse novo edificio tivesse menos um «guichet» e que pensava dever manter-se o número de *guichet* do edificio já em demolição.

Eu tinha feito, há ainda muitíssimo pouco tempo aquela exposição a que atrás me referi a pedir a criação em Guimarães de um Instituto Tecnológico onde inclui um verdadeiro monte de dados estatísticos sobre diversos aspectos da actividade vimearanense. Entre eles indicava também o movimento dos CTT citando os números relativos à expedição de correspondência e de encomendas postais, o volume dos telex e telefonemas. Por isso sabia-os ainda de cor. Ditei-os ao Senhor Engenheiro Pinto da Silva e disse-lhe que fizesse uso deles porque era absolutamente necessário que o novo edificio fosse muito maior do que o antigo.

O Engenheiro Pinto da Silva usou-os realmente, e o projecto sofreu aquela alteração que toda a gente conhece, razão do atraso do decorrer das obras.

Eu fazia nessa altura parte do Conselho Geral da Empresa Pública do CTT, que dava um prejuizo anual de 400 mil contos, compensado em metade, pelas receitas dos serviços de telefones e telex. Numa reunião feita a seguir ao que acabo de contar-lhes o Correio Mór iria dizer-me em jeito de pergunta, você sabia que os correios de Guimarães são dos pouquíssimos que dão lucro. Disse-lhe a sorrir que sim, que sabia. Pareceu-me não o ter convencido da minha *sabedoria*, mas não lhe disse mais nada...

Não fiquem julgando, que quem governa ou desempenha cargos tão importantes como o de Correio Mór, pode conhecer todo o País como conhece os cantos da sua casa. Nem eles nem os

que são encarregados de elaborar um plano de acção sectorial, podem chegar a esse pormenor. Ao contar-lhes estas histórias verídicas só quis, repito, evidenciar a necessidade de se manter constantemente, permanentemente, a colheita de indicadores estatísticos irrefutáveis da inegável «grandeza» e «valia» do concelho e das gentes de Guimarães. Isso poderá ser uma tarefa de que os Amigos de Guimarães poderão vir a orgulhar-se de levar a cabo...

Aliás, o que acabo de propor tem fundamento legal no Pará-Único do Art. 29.º do já citado Decreto-Lei 46 909, pois nele se dispõe que, «independentemente no preceituado no corpo deste Artigo, podem as Autarquias locais isoladamente ou através das suas federações, criar comissões ou outros órgãos destinados à recolha de elementos informativos e seriação de necessidades e aspirações, com vista à sua oportuna utilização em trabalhos de planeamento regional» e, com certeza, este poder deve ter sido repedito e até ampliado com a descentralização administrativa...

Uma boa parte do que venho dizendo já o escrevi como introdução a um outro trabalho a que dei o título: Alguns Aspectos de Guimarães na Integração do Planeamento Regional. Nele referi os seus aspectos industriais, os relativos a estradas, à habitação, urbanismo, saneamento, ensino, assistência e turismo e enviei-o em devido tempo, à Comissão de Planeamento da Região Norte, já não me lembro mas, mas, provavelmente, em 72 ou 73:

Não vou aqui apresentar todos os dados estatísticos que nessa altura e com esse trabalho forneci à Comissão Regional de Planeamento. Isso seria abusar da paciência de V. Ex.^{aa}.

Como já foi dito o Projecto de Propostas de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte considera os concelhos como unidades espaciais elementares e junta-os em Agrupamentos de Concelhos.

O nosso concelho, o de Santo Tirso e o de Vila Nova de Famalicão constituem um desses agrupamentos de concelhos designado por Vale do Ave.

Um outro agrupamento que parece merecer os favores do Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região, em detrimento dos interesses do agrupamento a que pertencemos e, sobretudo dos interesses do nosso concelho, é constituído pelo concelho de Braga, Vila Verde, Amares e Terras do Bouro, e é chamado de Alto Cávado.

O concelho de Fafe, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, integram outro núcleo elementar designado por Alto Ave.

Os concelhos de Cabeceiras de Basto, Ribeira de Pena, Celorico de Basto, Mondim de Basto, Amarante, Marco de Canaveses e Baião, dão lugar a outro núcleo sob o nome de Baixo Tâmega.

Felgueiras será integrada no Vale do Sousa.

Aqui, parece poder **fazer-se** uma primeira objecção ao *traçado das linhas de estratégia* para o desenvolvimento de todas estas terras.

Não seria mais conveniente agrupar Famalicão, Santo Tirso, Guimarães, Fafe, Felgueiras e Amarante, os três primeiros, concelhos já fortemente industrializados e os três últimos em faes bem marcada, ou adiantada, de industrialização e utilizá-los como

linha de penetração das actividades industriais na Sub-Região Interior, a começar pelas terras de Basto já também ligadas a Guimarães por tantos laços?

Os respectivos autarcas trocaram impressões acerca disso? Porque não promovem uma reunião?

A Comissão de Planeamento anterior a esta, considerou a ligação Guimarães — Felgueiras — Amarante como sendo «o principal eixo de penetração para o interior com um ponto de apoio em Amarante».

Será que em tão pouco tempo se modificou tanto a contextura destes territórios concelhios?

A Região Hospitalar de Guimarães foi criada pelo Decreto-Lei n.º 44 741 de 29 de Novembro de 1962 abrangendo os concelhos de Fafe, Celorico, Cabeceiras e Mondim de Basto; Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, que contam, melhor, contavam, 321 933 habitantes, segundo a recolha de elementos para o último recenseamento.

Vai Guimarães manter-se centro dessa região hospitalar, pertencendo ao Agrupamento do Vale do Ave, enquanto Fafe, Celorico, Cabeceiras e Mondim de Basto, estão integrados num segundo agrupamento, o do Baixo Tâmega e Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira fazem parte de um terceiro, do Agrupamento do Vale do Sousa?

Não posso deixar de insistir e perguntar: há, ou simplesmente não se reconhece «vocação inter-municipal» entre Famalicão, Santo Tirso, Guimarães, Fafe, Felgueiras e Amarante? Pelo menos entre estes?

Já no III Plano de Fomento Regional para 1968-1973 se considerava ser necessário promover o desenvolvimento e «crescimento orientado dos centros de Braga e Guimarães» e se lhe reconhecia o potencial de mão-de-obra.

O IV Plano de Fomento respeitava ao período de 1974-1979 «mal tendo sido esboçado o início de algumas das acções nele contidas», diz-se no Vol. I, página V, do Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte, que, todavia, considera que «muitos novos trabalhos foram produzidos, as metas se alteraram, as instituições se modificaram, enfim se transformou, substancialmente, o quadro em que eles foram elaborados».

Mas uma coisa não mudou e se evoluiu foi para melhor. Isso, que está aí, inalterado, a realidade sobre a qual se trabalhou e trabalha, é a mesma de ontem.

Se se constatava no IV Plano de Fomento «surgirem como principais linhas de expansão do desenvolvimento a favorecer (...), para Norte, tomando a área de Braga-Guimarães como Pólo de Crescimento *urbano-industrial de promoção prioritária*» e se se acrescentava «que entretanto eram desde logo considerados áreas prioritárias de promoção industrial 1.º Braga-Guimarães», opção com a qual se visava promover a reestruturação do tecido urbano da sub-região litoral norte; criar uma área de construção de crescimento industrial, diversificada e dinâmica» (...), «aproveitar potencialidades urbanas, demográficas e de *tradição industrial* existentes na área; servir como possível ponto de apoio à irradiação do desen-

volvimento mais para o interior», e se mal foi «esboçado o início de algumas das acções nele contidas», de duas uma, ou tudo o que estava planeado era uma asneira, ou as Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região agora apresentadas, são substancialmente diferentes do proposto no IV Plano de Fomento para serem originais...

Guimarães aguenta?

A COMISSÃO DE PLANEAMENTO afirmava: «as características industriais do distrito de Braga, cuja concentração é das maiores do Continente, justificam que se proceda a uma intervenção eficaz no sentido de se promover e fomentar a actividade industrial, devidamente equipada para o desempenho das actividades; sente-se ainda a necessidade de bons incentivos para a concretização de acções indispensáveis ao desenvolvimento e saneamento industrial de Braga como, por exemplo, reconversões, fusões, ajudas à pequena e média empresa. Nestes termos julga-se de toda a oportunidade a implantação de um parque industrial que poderia ser especialmente localizado na zona de maior especialização da indústria têxtil — Guimarães — onde poderia actuar como instrumento de diversificação». E ficaria tudo certo com uma pequena correcção: dizem que as características indústrias dos concelhos de Guimarães e Famalicão são das maiores do Continente.

Esta, é que é, ainda hoje, a realidade. Não devemos pretender que as outras terras não progridam, mas não devemos permitir que nos neguem tudo a que temos direito. Devemos exigir, que, pelo menos, nos tratem em pé de igualdade.

O Parque Industrial já cá o temos, mas mal localizado e com perspectivas de um futuro sombrio.

Dos vários terrenos que a Câmara Municipal da minha presidência indicou para a sua construção, foi escolhido por um técnico estrangeiro da OCDE Louis Bach, disso encar regado pelos serviços do governo, o terreno na margem direita do Ave, a seguir à ponte de Brito, em frente à fábrica Alfa, de botijas de gás e bombas de gasolina. Não sei por que carga de água, como se costuma dizer, acabou por ir parar onde está.

Um Parque Industrial localizado junto duma estrada faz reclame a si próprio, permanentemente, tanto mais quanto maior for o movimento que essa estrada tiver. Isto, parecendo que não, é importante. Mas o pior da sua situação é a dificuldade de acesso que tem de fazer-se por estradas municipais relativamente estreitas e já agora difíceis de alargar, porque em alguns pontos são ruas. Se aí vierem a implantar-se muitas indústrias (Deus queira que sim...), os veículos pesados e de grandes dimensões terão imensa dificuldade em transitar nelas. Mas eles que o fizeram lá sabem porquê...

Em síntese, «um parque industrial é um dispositivo utilizado pela Administração pública com fins precisos de promoção económico-urbanística de zonas a desenvolver prioritariamente. Por esse motivo, a gestão do Parque é assumida por organismos públicos ou semi-públicos, de forma a garantir um controle permanente sobre a sua evolução, assegurando ainda, aos utentes, a satisfação quase imediata das suas necessidades em abastecimento, transportes, espaço, mão-de-obra, etc.».

«Essencialmente, um Parque é uma infra-estrutura de acolhimento industrial, facultando todos os serviços que sejam considerados importantes para o bom funcionamento das indústrias nele implantadas».

«Duma forma geral, todos os Parques existentes fornecem energia eléctrica, água e gás; em muitos casos compreendem serviços de transporte, protecção contra incêndios e roubo, posto médico, cantinas, campos de jogos, etc.».

«Em países onde se processa um esforço orientado para a industrialização é habitual que os Parques Industriais, além daqueles serviços, disponham de centros de formação profissional, oficinas de reparações de maquinaria, centros de divulgação para utilização e manutenção do equipamento mecânico depósitos para aluguer de máquinas, laboratórios para controlo de qualidade dos produtos, etc.».

Não sei como, e muito menos com o que, já se encontra apetrechado o nosso Parque, mas dizem-me que os centros de formação profissional têm ido parar a outras bandas. Será assim?

Ainda a propósito de Parques Industriais e, sobretudo, do nosso, O PROJECTO DE PROPOSTA DE LINHAS DE ESTRATEGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORTE, fala muitas vezes nas vias de comunicação e reconhece, por exemplo na página 91 do I Volume, a necessidade da «existência de vias de comunicação em número suficiente que garantam um rápido acesso aos principais centros exportadores».

Insiste, também, na construção da Auto-Estrada Porto-Famalicão-Braga e esquece inexplicavelmente, a ligação a Guimarães.

Estava determinado, que a partir do momento em que a auto-estrada chegasse a Famalicão, seriam iniciados, simultaneamente, os dois ramos que lhe dariam o aspecto de um y, para Guimarães e Braga. Esta é outra reivindicação que os vimaranenses devem fazer sem transigências.

Que futuro pode ter o Parque Industrial de Guimarães se o de Braga e a zona industrial de Famalicão, vão beneficiar, de meios mais rápidos de comunicação com a cidade do Porto e o Porto de Leixões, graças à auto-estrada e à electrificação da linha de caminho de Ferro?

Quem virá investir aqui se as vantagens oferecidas lá são maiores?

A Comissão Coordenadora do Projecto de Proposta, pode verificar que a Linha da Trofa a Fafe, transporta poucas toneladas de mercadorias, porque a maior parte do algodão em rama e o manufacturado, vem de Leixões e vai para Leixões em camiões das próprias empresas ou alugados e se contactar, os industriais colherá deles a queixa dos inúmeros e vultosos prejuízos que a morosidade desses transportes por insuficiência das vias de comunicação lhes acarreta.

Pela contagem do movimento de veículos automóveis levados a cabo pela Junta Autónoma das Estradas, constatará que entram e passam pela cidade de Guimarães em direcção ao Porto ou do Porto para esta cidade mais de 30 000 veículos/dia.

Poderá também saber que são entre 3 500 e 4 000 as partidas e

chegadas por semana, de camionetes de passageiros, que fazem carreiras regulares a ligar Guimarães às terras situadas à sua volta, incluindo a capitão da Região — a cidade do Porto.

Mais, pode avaliar o movimento urbano sabendo que o índice de motorização deste concelho, já era, em 73, de um veículo automóvel para cada nove habitantes e que se vende nos transportes colectivos municipalizados, que têm ainda poucas carreiras e todas elas relativamente curtas, cerca de 6 milhões de bilhetes/ano.

Este esquecimento da Comissão Coordenadora de prever a construção da auto-estrada até à nossa cidade é verdadeiramente lamentável... Tanto mais que nas páginas 228/229 do V Volume do Projecto de Propostas, se reconhece que o «porto de Leixões ocupa o segundo lugar na hierarquia dos portos do Continente» e que «os principais centros de origem e de destino das suas mercadorias coincidem com as concentrações industriais da Região» de que, evidentemente, o nosso concelho é parte importantíssima.

Outro prejuízo que virá para Guimarães pela não construção da auto-estrada será o da perda de afluência de turistas. A Comissão de Planeamento anterior, a esse respeito, esqueceu a Vila das Taipas e o mesmo aconteceu com a Comissão Coordenadora do Projecto de Proposta que estávamos a comentar, que prevê para Vizela o brilhante futuro de centro de apoio rural.

No IV Livro, a partir da página 14, trata-se da «estrutura urbana da Região».

Devo confessar que não percebo bem o que pretendem. Diz-se visar «fazer crescer ou limitar a concentração social segundo os limiares demográficos de rendimento das actividades» e «propõe-se a seguinte rede urbana»:

«Uma capital regional — o Porto — cujo crescimento se deve refrear»;

«Duas sedes Sub-Regionais — Braga e Vila Real — para os quais é necessário canalizar investimentos e serviços»; e

«Centros urbanos secundários» — «núcleos urbanos de algumas dezenas de milhares de habitantes onde se localizarão todos os serviços de âmbito intermunicipal (que actualmente se aproxima do distrito) e para onde se canalizará grande parte da actividade dos sectores secundário e terciário do fornecimento do respectivo apoio e da rede secundária de comunicações».

Assim, o Porto será uma cidade de 1.^a ordem, Braga e Vila Real de 2.^a ordem e Guimarães de 3.^a, pelo que beneficiará «da localização de todos os serviços cujo âmbito é intermunicipal ou distrital (no caso em que importa aproximar os serviços das populações) e, para os quais se dirigirá uma política de incentivos às indústrias médias, e servirão de base à rede secundária de comunicações».

Mais adiante, no número das páginas claro, dá-se a saber que «os centros urbanos de 2.^a e 3.^a ordem serão privilegiados no incentivo à transferência de localização das entidades ou actividades já localizadas no Porto ou em Lisboa.

Mas no quadro da página 31 (ainda do III Volume), depois de se avisar que só depois de equipado o centro urbano de ordem superior se devem equipar os centros de ordem seguinte (pelo que em relação a

nós os outros nunca estão equipados e nós nunca mais começaremos a equipar-nos...), vem indicada a tipologia do equipamento a dar a cada centro urbano segundo a sua categoria:

Para os de 1.^a e 2.^a ordem (Porto, Braga, Vila Real) — universidades, centros de investigação aplicada, escola de enfermagem básica e post-básica, escola de hotelaria e turismo, hospital central, hospital regional, hospital de saúde mental, uma companhia da GNR, etc., etc.;

Para as sedes de Agrupamento de Concelhos e núcleos urbanos — escola secundária complementar não obrigatória, administração escolar, secção da GNR, estação de camionagem que deve ser inferior a uma central e... nem vale a pena enumerar! Já temos tudo, e até mais, do que se prevê para centros urbanos de 3.^a ordem. Se ficarmos com o que temos, andamos com sorte... Com mais é que não é de contar...

Parece, até, que a efectivação ou concretização do Projecto de Proposta para o Desenvolvimento da Região Norte já começou. Tenho razões para pensar assim. Pedi, meidante exposição fundamentada, a criação de uma Escola de Enfermagem aqui em Guimarães e, por outro trabalho do género, solicitei que se desse início sem demora à construção da Central de Camionagem.

A Escola de Enfermagem foi criada pelo Decreto n.º 569/73, publicado no *Diário do Governo* de 30 de Outubro desse ano. Num outro *Diário do Governo* cujo número e data não recordo, veio publicada a Declaração de Utilidade Pública para a expropriação dos terrenos onde a Central de Camionagem devia ser construída.

Será que nem uma coisa nem outra — nem a Escola de Enfermagem, nem a Central de camionagem — tiveram início porque são demais para um centro urbano de 3.^a ordem como é o nosso, aos olhos da Comissão Coordenadora do Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte?

Por questão de prioridade não é, porque o centro urbano de 2.^a ordem já tem as duas coisas há muito tempo...

Já agora, para não criticar só o Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte, diga-se, de passagem, nem a Central de camionagem das barracas de junto do estádio, ou seja da Rua Dr. Alfredo Pimenta, quer se leve aí a cabo ou não, o projecto que a Câmara da minha presidência conseguiu fazer aprovar ao fim de quatro anos de luta contra pareceres da Direcção de Urbanização Distrital (não obstante considerá-lo bom demais para Guimarães...), luta que terminou com o despacho favorável, isto é com a aprovação da Direcção-Geral de Urbanização acompanhada do comentário elogioso de que a efectivarem-se todas as construções do projecto, Guimarães ficaria na vanguarda do urbanismo em Portugal. Sei que há, que continua a haver, interessados na realização dessas construções. Será que haja algum senhor vereador entre os actuais, que discorde da sua concretização, como houve um que a vetou, quando estava à frente do Município uma Comissão Administrativa?

Voltando ao que o Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte dá e não dá mas devia dar a Guimarães, confrontemos a sua orientação com a orientação prevista no IV Plano de Fomento.

Também este, como pode ler-se na página 232, tinha como orientação fundamental «a hierarquização progressiva dos centros urbanos, de acordo com as funções que devem caber-lhes quanto ao apoio à população e às actividades económicas das respectivas áreas de influência, considerando-se para o efeito diversos escalões da rede urbana, abrangendo as metrópoles, os centros regionais e sub-regionais» mas, na página seguinte, *repare-se bem*, eram considerados *centros sub-regionais principais nesta Região e em pé de igualdade*, Braga-Guimarães.

É por isso e porque em tudo o que interessa considerar num plano de desenvolvimento — na quantidade de população, na composição etária da população, na tradição industrial; na maior industrialização, etc. — o Vale do Ave é imensamente superior ao Alto Cávado em oferecimento de vantagens que são garantia de bom êxito para quaisquer medidas que possam ser tomadas no sentido de fomentar o Desenvolvimento da Região, que eu não percebo a razão de ser da «estrutura urbana» que nos é agora proposta.

A ampliação da área territorial da cidade de Guimarães que pedi, foi concedida pelo governo, não com os limites que propus, porque a isso talvez (reparem que formulo apenas uma hipótese...) se opusessem forças representativas de outros interesses — de interesses opostos aos nossos.

Mas também é certo, que até alguns vimaranenses acharam um exagero o que pedi. Não podia nessa altura justificar-me perante os munícipes, mas posso fazê-lo agora. Pedi a inclusão das Taipas e de Vizela na cidade de Guimarães além do Pevidém, baseado, sobretudo, num estudo feito pelo CENTRO DE ESTUDOS DE URBANISMO E HABITAÇÃO ENGENHEIRO DUARTE PACHECO, que era, então, confidencial.

Não importa aqui dizer como o obtive, nem devo dizer. Mas vou já de seguida mostrá-lo porque isso já não será inconveniente para quem quer que seja.

A cidade não incluiu Taipas e Vizela, mas passou a ser de muito grande interesse governamental de mandar fazer por intermédio da Direcção dos Serviços de Planeamento, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, o plano de *urbanização territorial incluindo Guimarães, Taipas e Vizela, zonas intermédias e envolventes* e de executar o que fosse planeado.

Fui encarregado de convidar um arquitecto para fazer o respectivo contrato com a Direcção dos Serviços de Planeamento Convidei o Arquitecto Arménio Losa que, ao tempo, era o urbanista da Câmara.

O Arquitecto Arménio Losa pretendia que fosse elaborado um estudo sociológico prévio (coisa que realmente deve ser feita, principalmente quando se trata de um plano de desenvolvimento regional...). Por isso demorou, mas não muito, a dar uma resposta, e isso deu lugar a que se manifestasse uma vez mais o grande interesse e desejo do governo, de realizar e levar a cabo o plano de urbanização territorial incluindo Guimarães, Taipas e Vizela, zonas intermédias e envolventes. Assim, não esperou mais tempo pela resposta do Senhor Arquitecto Arménio Losa e fez imediatamente o mesmo convite ao Professor Barbosa de Abreu, *salien-*

tando as razões de urgência que forçaram os Serviços (de Planeamento) a retirar a incumbência dirigida ao Arquitecto Arménio Losa. Eis o officio que confirma o que acabo de lhe dizer:

Seria uma asneira o estudo do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco? Seria uma asneira a determinação tomada pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização dos Serviços de Planeamento mandar fazer e executar o plano de urbanização territorial incluindo Guimarães, Taipas e Vizela, zonas intermédias e envolventes?

Ou era a demonstração do reconhecimento por parte desses dois organismos oficiais da extraordinária e inegável valia do Vale do Ave e, sobretudo, de Guimarães e do seu Concelho no contexto nacional?

É por isso que eu não percebo o Projecto de Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte.

Aqui está o estudo feito pelo Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, que vamos daqui a bocadinho comentar mais pormenorizadamente.

Fala-se de escolas de pesca e de centros, ou melhor, de centro de formação profissional, para apetrechamento dos Centros Urbanos de 3.^a ordem. Também se pensa que é conveniente que eles disponham de uma pista de atletismo pavimentada e os de 5.^a ordem duma piscina.

A Junta de Freguesia de S. Torcato alertou-me para o facto do Estado ir receber uma bellissima quinta naquela freguesia por morte dum indivíduo sem herdeiros. Pedimos para aí a criação de uma escola de trabalhadores rurais, pedido que foi bem aceite e parecia ir concretizar-se. Porque se não concretizou? O Estado já entrou de posse desses terrenos?

Guimarães tem já uma piscina, mas nem todos os jovens vimezanenses têm dinheiro para a frequentar. Uma vez vão tomar banho, outras vezes vão morrer afogados junto da ponte sobre o Ave, em frente ao Parque da Vila das Taipas.

Em 10 de Maio de 1974, a Câmara recebeu a notícia de que o Ministro da Educação concedera através do Fundo de Fomento do Desporto, um subsídio de 4.000 contos (seriam hoje 25.000...), destinado à construção dum pavilhão gimnodesportivo a construir no Salgueiral em terreno do município e em terreno cedido gratuitamente pelo Centro Pastoral.

Nada disso veio e fora da barra, como dizem os marinheiros em terra, nada se avista...

Triste sina a nossa!

A única coisa que se poderá esperar é que a Comissão Coordenadora do Projecto de Proposta para o Desenvolvimento da Região Norte, repense e corrija o seu ponto de vista. Estou convencido de que assim sucederá até porque no volume 4 desse Projecto, escreve-se:

«O estabelecimento das orientações para a Região nem pretende ser definitivo nem impedir que se vão iniciando ou continuando outras que venham à realidade regional as medidas que se preconizam, pois que a pormenorização destas envolve riscos

que o desconhecimento concreto de muitas realidades potenciais e a inexistência de prática na adopção de objectivos regionais gerais aconselham a evitar ou a ir minimizando.»

Por isso não vou maçar mais V. Ex.^{as} e termino com um apelo a todos os vimaranenses:

AJUDAIA MOSTRAR À COMISSÃO COORDENADORA DO PROJECTO E AO GOVERNO, ORDEIRAMENTE, COM CALMA, SÓ COM A FORÇA DE UMA ARGUMENTAÇÃO SERENA E BEM FUNDAMENTADA A RAZÃO QUE NOS ASSISTE.»

No final da exposição do Dr. Bernardino Abreu tiveram intervenções o Eng.^o José Maria Gomes Alves, Joaquim Serra, Dr. Óscar Jordão, Dr. Marques Mendes, Dr. Salgado Lobo e Dr. Porfírio Machado.

Concluído o Colóquio foi encerrada a sessão.